



CÂMARA TÉCNICA DE PLANOS DE RECURSOS HÍDRICOS (CTPLAN)
Ata da 20ª reunião, realizada em 17 de maio de 2011

1 Em 17 de maio de 2011, reuniu-se a Câmara Técnica de Planos de Recursos Hídricos
2 (CTPLAN) do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH), na sede da Secretaria
3 de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo
4 Horizonte. Participaram os seguintes membros titulares e suplentes: o presidente Márcio
5 Antônio de Campos Coury e Mateus Felipe dos Reis Martins – representantes do poder
6 público estadual; Jurandir Anastácio Silva e Jorge Sadala / Nélida Mara de Menezes –
7 representantes dos usuários de recursos hídricos; Alice Lorentz de Faria Godinho e
8 Mauro da Costa Val – representante de entidade da sociedade civil ligada aos recursos
9 hídricos. Assuntos em pauta. **1) ABERTURA.** O presidente Márcio Antônio de Campos
10 Coury declarou aberta a 20ª reunião da Câmara Técnica de Planos de Recursos Hídricos.
11 **2) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS. Expedição ao rio Paraopeba.**
12 Conselheiro Mauro da Costa Val: “Foi com grande esforço, tanto do IGAM quanto
13 nosso, do Cibapar e do Comitê do Paraopeba, que no ano passado nós fizemos uma
14 expedição ao rio Paraopeba. Colocamos documentaristas dentro de embarcações, de
15 revistas técnicas, inclusive, internacionais, e percorremos do KM 0 ao Km 537 do rio
16 Paraopeba, em 23 dias. Vou fazer duas abordagens rápidas. Uma é de caráter burocrático
17 e institucional. Nós cumprimos três de cinco metas do projeto, que foi financiado pelo
18 Fhidro. Quando nós fizemos a terceira meta, que era a navegação, nós prestamos contas
19 no dia 13 de outubro do ano passado, na SEMAD, protocolamos a prestação de contas. E
20 tivemos uma dificuldade grande. Nós só recebemos a resposta no dia 13 de abril de
21 2011, em relação a essa prestação de contas, seis meses depois. Já havia sido expirado a
22 vigência do convênio. As duas metas finais eram de ampliação das parcerias e registro
23 histórico de tudo. Nós temos 32 horas de gravação, geo-referenciamos tudo que tinha de
24 bom e de ruim. São 32 horas de gravação dentro da água e 10 mil fotos de dentro da
25 água também. Isso tudo vai se transformar em registro, em livro, DVD, e uma exposição
26 itinerante, e todas as escolas da bacia vão receber esses registros. Explanei uma
27 dificuldade e agora vou falar de uma coisa muito boa, muito feliz para nós. O secretário
28 Adriano Magalhães, em contato que tivemos com ele agora em março, se colocou à
29 disposição, se empenhou muito, e o IGAM, o Núcleo de Apoio do IGAM, a Diretoria de
30 Convênios e Contratos, e estão celeremente resolvendo todas as questões. Nós vamos
31 celebrar um novo convênio para terminar as duas metas finais. Isso para nós, a
32 expedição, foi uma coisa que nos deu uma surpresa fora do comum, porque o que tem, na
33 realidade, nos rios é muito diferente do que está nos pareceres técnicos dos
34 licenciamentos ambientais. É muito diferente, é incrivelmente diferente. Há diversas
35 atividades no Paraopeba de extração de areia, extração de ouro, que são ilegais, e uma
36 série de outras atividades. De fato, não é uma questão do órgão gestor nem nossa aqui, é

37 uma questão da sociedade cuidar disso. A coisa está numa situação grave mesmo. Eu
38 poderia ficar aqui mais meia hora falando de coisas que a gente está tentando fazer em
39 conjunto com outros comitês ou sozinhos, mas neste momento queria falar só da
40 exposição, e obrigado para a Lilian, para a Luiza de Marillac, que estão se empenhando
41 nesse processo de resolver isso. E se Deus quiser em um mês ou dois vamos estar com
42 isso resolvido.” **Expedição ao rio Mucuri.** Conselheira Alice Lorentz de Faria Godinho:
43 “Ao Mauro, muito obrigada, porque se não fosse essa fala dele eu não me lembraria de
44 trazer para vocês o resultado de um trabalho que a gente está desenvolvendo na bacia
45 hidrográfica do rio Mucuri. Bem diferente do objetivo do Mauro, que foi uma coisa mais
46 técnica, mais até científica, a nossa expedição ao longo da bacia hidrográfica do rio
47 Mucuri buscou sensibilizar uma região extremamente difícil, que em determinado
48 período perdeu a sua identidade histórica e cultural. Nós buscamos despertar essa
49 população, essa bacia hidrográfica, para a necessidade dos cuidados com a água e da
50 importância do trabalho da comunidade e da população local. Nós buscamos, ao longo
51 da expedição, trabalhar com toda a população, com as prefeituras. Nós não acreditamos
52 que a gente possa fazer trabalho de preservação e recuperação de recursos hídricos sem o
53 auxílio forte dos municípios. Buscamos, principalmente, aquela população da zona rural,
54 que foi uma coisa fantástica. Até hoje eu me emociono quando falo disso, porque a gente
55 via aquele pessoal da zona rural que sabe o que está acontecendo, que tem conhecimento
56 do que deve ser feito para mudar e, muitas vezes, não tem o apoio e orientação
57 necessária para que atue da maneira adequada. Na nossa região, o Mucuri, se nós não
58 tivermos uma mudança de postura, vai faltar água. Nós já temos vários municípios com
59 falta de água. E foi muito emocionante ouvir a fala da população, o que eles encontraram
60 de problemas nos seus municípios. Já publicamos um livro-relatório, já foi lançado em
61 alguns lugares e, provavelmente, vai ser lançado aqui no dia 6, na Semana de Meio
62 Ambiente. Vocês todos estão convidados. Naturalmente, na CTPLAN, todos os
63 conselheiros vão receber o livro nosso. Está longe de ter aquele apuro técnico, ali tem
64 realmente a fala do povo. O livro vai até a metade com alguns dados técnicos e
65 estatísticas, e da metade para frente cada município, a população, falou ali, o que sentia,
66 o que eles sentem, o que é necessário, o que aconteceu. E para tristeza nossa as águas do
67 Mucuri estão realmente diminuindo, o desmatamento é muito grande. A questão da
68 biodiversidade está a cada dia mais angustiante. Então, é um trabalho que a gente vai
69 continuar a fazer. Agora nós vamos voltar – é a segunda parte da nossa proposta – a cada
70 município, reunir toda essa população que esteve conosco durante a expedição, as
71 lideranças de cada município, as prefeituras, e perguntar: ‘É isso aqui que foi levantado,
72 é isso mesmo? Alguma coisa melhorou, alguma coisa piorou? E o que vocês, população
73 deste município, lideranças do município, acham que nós devemos fazer para mudar tudo
74 isso que precisa ser mudado?’ E em cima dessa conversa com toda a população nós
75 vamos elaborar os nossos projetos em cada município, pretendendo, com isso, seduzir o
76 Governo do Estado para que esse projeto nosso se torne um programa de governo. Eu
77 espero a torcida de vocês e as orações para que Deus me dê mais dez anos para eu poder
78 continuar trabalhando.” **Informes do IGAM.** Luiza de Marillac Moreira Camargos:

79 “Agradeço em nome da diretoria do IGAM, à CTPLAN, e também a CTIG e a CTIL.
80 Desde 2007, essas Câmaras vêm atuando e foi um diferencial para a gestão de recursos
81 hídricos, pois trouxe uma maior qualificação ao Conselho. Agradeço a presença dos
82 representantes dos Comitês afluentes da bacia do rio Doce, Comitê do Piracicaba e do
83 Suaçuí. O tema que será apresentado aqui hoje é um assunto pioneiro na gestão. Trata-se
84 da elaboração de um Plano que foi feito de forma integrada. Todos vocês conhecem a
85 bacia do rio Doce, que envolve dois Estados – Minas Gerais e Espírito Santo. O rio Doce
86 é um rio de domínio da União e dez Comitês de Bacia participaram deste processo de
87 elaboração do Plano Integrado de Recursos Hídricos com os Planos de Ação. Foi um
88 trabalho belíssimo aprovado desde 2009 por nossos comitês. Em 2010, finalizou-se o
89 contrato com o consórcio. Queremos agradecer também a presença dos técnicos do
90 Consórcio Ecoplan-Lume, pelo apoio, amizade e cordialidade em comparecer hoje na
91 CTPLAN para realizar a apresentação dos estudos do Plano. Enfim, essa experiência,
92 essa metodologia está começando a ser conhecida e replicada em outros Estados.
93 Recentemente, a Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos de São Paulo nos
94 solicitou a disponibilização dos estudos do Plano. Já existe algumas iniciativas por parte
95 do CBH-Doce em relação a sua implementação. A empresa vai fazer a apresentação, os
96 Comitês estão aqui para os esclarecimentos necessários e o IGAM, vai apresentar o
97 parecer técnico. Ficamos na expectativa de que os conselheiros possam admirar esse
98 trabalho.” **3) EXAME DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR.** Aprovada por
99 unanimidade a ata da 19ª reunião da Câmara Técnica de Planos de Recursos Hídricos,
100 realizada em 9 de novembro de 2010. Os conselheiros Mauro da Costa Val e Mateus
101 Felipe dos Reis Martins se abstiveram de votar. **4) PLANO INTEGRADO DE**
102 **RECURSOS HÍDRICOS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DOCE E**
103 **PLANOS DE AÇÕES DE RECURSOS HÍDRICOS DAS BACIAS**
104 **HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRANGA, PIRACICABA, SANTO ANTÔNIO,**
105 **SUAÇUÍ E CARATINGA E MANHUAÇU.** A Câmara Técnica de Planos de Recursos
106 Hídricos deliberou, por unanimidade, recomendar ao Plenário do Conselho Estadual de
107 Recursos Hídricos a aprovação do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia
108 Hidrográfica do Rio Doce, nos termos apresentados pelo Consórcio Ecoplan-Lume,
109 nesta sessão, e de acordo com o parecer técnico do IGAM. Em seguida, o presidente
110 Márcio Antônio de Campos Coury colocou em discussão qual metodologia de
111 apresentação deveria ser adotada na reunião do CERH, e houve consenso para que seja a
112 mesma metodologia já utilizada pela CTPLAN, com exposição do parecer da Câmara, a
113 presença dos representantes do consórcio, dos comitês e da equipe do IGAM. O
114 conselheiro Jurandir Anastácio Silva propôs que seja elaborado um resumo executivo
115 dos planos a serem apresentados à CTPLAN, no que se refere aos seus principais
116 objetivos, para ser encaminhado aos conselheiros juntamente com o material que é
117 disponibilizado normalmente para as reuniões. “Sintetizar como o plano define ou trata.
118 Como, por exemplo, diagnóstico da situação dos recursos hídricos, destacar os principais
119 temas e problemas, prognóstico no que diz respeito a crescimento demográfico, evolução
120 produtiva e modificação de padrões de uso do solo e seus reflexos sobre os recursos

121 hídricos; o balanço entre a disponibilidade e demandas atuais e culturas; as metas de
122 racionalização, aumento da quantidade e melhoria de qualidade, medidas a serem
123 tomadas, programas e projetos a serem desenvolvidos para o atendimento das metas,
124 com estimativa de custos; definição de prioridades para outorga em caso claro de
125 conflito de uso; diretrizes e critérios para a cobrança, propostas para a criação de áreas
126 sujeitas a restrição de uso. Além disso, sugere-se a emissão de um parecer sobre a
127 compatibilidade ou não com o Plano Estadual de Recursos Hídricos, demonstrar se tem
128 ou não cadastro de usuário ou pelo menos a qualificação dos usos preponderantes; e se o
129 plano aborda ou não a questão do enquadramento, e se o plano também atende ao termo
130 de referência posto.” Houve consenso na Câmara em relação à proposta do conselheiro
131 Jurandir Anastácio Silva, com a indicação para que o resumo executivo seja elaborado
132 pelo IGAM. A partir do consenso obtido entre os conselheiros, o presidente Márcio
133 Antônio de Campos Coury registrou a seguinte manifestação: “Como presidente da
134 Câmara, eu assumo essa responsabilidade de construir, junto com os colegas do IGAM,
135 esse modelo que o conselheiro Jurandir sugeriu, e assumo também disponibilizar para
136 vocês, como assumo também, nessa mesma metodologia, a apresentação para o Conselho
137 Estadual, de modo que o que se passa na Câmara vai ser semelhante ao que nós vamos
138 apresentar no Plenário do Conselho.” Antes da deliberação da CTPLAN de
139 recomendação ao Plenário do CERH, Alexandre Carvalho e Paulo Maciel,
140 representantes do Consórcio Ecoplan-Lume, fizeram apresentação, nesta sessão, do
141 Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce e responderam
142 aos questionamentos levantados pelos conselheiros. Houve também apresentação do
143 parecer técnico do IGAM e manifestação da presidente do CBH Suaçuí, Luciane
144 Martins, e do presidente do CBH do Piracicaba, Iusifith Chafith Felipe, que fizeram
145 resgate do processo de construção do plano e destacaram a integração dos comitês e o
146 apoio dos órgãos gestores, bem como a implementação da cobrança pelo uso da água e a
147 evolução em Minas em relação a outros Estados. Além das questões levantadas pelos
148 membros da CTPLAN, respondidas pelos representantes do consórcio, o conselheiro
149 Mauro da Costa Val registrou as seguintes contribuições ao plano, após destacar a
150 necessidade de se garantir o foco na quantidade e na qualidade das águas e de realização
151 de cadastro de usuários por sub-bacia. “Colocar as outorgas num sistema de informações
152 que faça um balanço hídrico, que indique a vazão remanescente, os efeitos de uma certa
153 outorga sobre o uso a montante e a jusante. Existem dados de análises de séries
154 históricas de cromo, mercúrio, cádmio e chumbo etc.? É necessário se fazer um
155 monitoramento para se conhecer qual é a cinética de incorporação desses metais na
156 biodiversidade aquática, na cadeia alimentar. Em qual velocidade que está sendo
157 incorporado o chumbo, o cádmio, mercúrio, arsênio nos peixes e outros
158 microorganismos e qual o efeito tem isso na saúde pública?” O conselheiro Mateus
159 Felipe dos Reis Martins ressaltou o capítulo relativo à viabilidade do financiamento do
160 plano. “É muito bom ver um plano que visualiza outras fontes de financiamento que não
161 sejam apenas do Estado.” O conselheiro destacou ainda que “o trabalho de
162 cadastramento dos grandes usuários da bacia do rio Doce já é um passo inicial para se ter

163 um conhecimento real do uso da água”. **Cobrança pelo uso da água.** O conselheiro
164 Mauro da Costa Val registrou a seguinte manifestação sobre o processo de
165 implementação da cobrança pelo uso de recursos hídricos no Estado de Minas Gerais.
166 “Agora um comentário que vale a pena ficar registrado em relação à cobrança. Quando
167 nós discutimos a cobrança, até antes da lei de 97, discutimos bases, raciocínio lógico, o
168 marco lógico, o que era a cobrança. Chegamos à conclusão de que era um instrumento de
169 gestão, e não é para arrecadar dinheiro. Qual era o valor econômico, qual era o valor
170 social e como seria o raciocínio para se estabelecer preço para a água? O raciocínio a que
171 a gente chegou foi de que se aquele usuário poluidor ou usuário ‘reduzidor’ de água,
172 vamos dizer assim, em qualidade e quantidade, não estivesse tratando, não estivesse
173 reduzindo o impacto dele no lançamento, teria que ser estabelecido um preço maior do
174 que o preço com que ele fosse arcar se ele fosse ter que retirar aquela substância. Se o
175 tratamento de esgoto custa dez, se ele não faz o tratamento de esgoto, teria que cobrar
176 onze dele. Para forçá-lo no instrumento, no mecanismo, a fazer. Essa era a ideia inicial
177 da cobrança pelo uso. Se você pode pegar os estudos do Marcelo Pereira de Souza e de
178 todos que estudaram isso, é isso que estava lá. O cerne da cobrança como instrumento de
179 gestão é você estabelecer um preço que fosse um pouco maior do que aquele com o qual
180 teria que arcar por iniciativa própria. Se não, não tem razão, se não, é arrecadação. Isso
181 foi discutido, eu me lembro, dentro do IGAM, na época do Sebastião Virgílio, da Iude,
182 Manoela etc. São pessoas que já estão em outros setores hoje. E acabou que o caminho
183 da cobrança tomou outro caminho, novamente a questão corporativa, a governança. Tem
184 muito mais efeito, uma Cemig falar, uma Copasa falar, uma Vale falar, do que uma
185 ONG falar. Os governos ouvem muito mais o grande poderio econômico e acabam
186 legislando para eles e pronto. E a cobrança tomou outro rumo. Mas, mesmo assim – eu
187 não sei se isso estava no plano –, isso salvou a nossa pele, porque os valores
188 estabelecidos pelo Velhas foram valores irrisórios, que eram a única referência que tinha.
189 Ainda bem que o Doce elevou um pouco os valores, porque não daria para fazer nada.”
190 **5) ASSUNTOS GERAIS.** Não houve manifestações. **ENCERRAMENTO.** Não
191 havendo outros assuntos a serem tratados, o presidente Márcio Antônio de Campos
192 Coury declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

194 –

195 **APROVAÇÃO DA ATA**

196

197

198

199 **Presidente Márcio Antônio de Campos Coury**

200

201

202 **Mateus Felipe dos Reis Martins**

203

204

205
206
207
208
209
210
211
212
213
214
215
216
217
218

Jurandir Anastácio Silva

Jorge Sadala

Nélida Mara de Menezes

Alice Lorentz de Faria Godinho

Mauro da Costa Val